



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

DAVI MOREIRA MARTINS

**SANÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS: UMA REVISÃO
DE LITERATURA SOBRE IMPACTOS, EFICÁCIA E
CONSEQUÊNCIAS HUMANITÁRIAS**

Salvador

2023

DAVI MOREIRA MARTINS

**SANÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS: UMA
REVISÃO DE LITERATURA SOBRE IMPACTOS, EFICÁCIA
E CONSEQUÊNCIAS HUMANITÁRIAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia internacional

Orientador: Prof. Dr. Reinan Ribeiro Souza Santos

Salvador

2023

M341

Martins, Davi Moreira.

Sanções econômicas internacionais: uma revisão de literatura sobre impactos, eficácia e consequências humanitárias/ Davi Moreira Martins. – Salvador, 2023.

34 f.; Il., tab., gráf.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientador: Prof. Dr. Reinan Ribeiro Souza Santos.

1. Sanções econômicas. 2. Política internacional. 3. Economia. 4. Socioeconomia - impactos. I. Universidade Federal da Bahia. II. Santos, Reinan Ribeiro Souza. III. Título.

CDD: 337



COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO TRABALHO MONOGRÁFICO
RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO

2. PARECER DA BANCA EXAMINADORA

ALUNO: Davi Moreira Martins

Às 15:00 horas do dia 07 de dezembro de 2023, o aluno Davi Moreira Martins apresentou sua monografia na plataforma digital Google Meet. Após a apresentação, a banca fez suas considerações. Após, a banca se reuniu privadamente no ambiente virtual e considerou o trabalho aprovado com nota 8,0. A banca sugere modificações no título, sumário e tabelas.

BANCA EXAMINADORA:

PRESIDENTE: Prof. Dr. Reinan Ribeiro Souza Santos

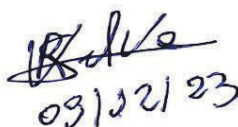


Reinan Ribeiro Souza Santos

1º MEMBRO: Prof Dr. André Luis Mota dos Santos

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRE LUIS MOTA DOS SANTOS
Data: 09/12/2023 10:01:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2º MEMBRO: Vitor Rosa Silva



09/12/23

AGRADECIMENTOS

Durante essa pequena passagem aqui na universidade acumulei dividas, gratidões e apreço, fui abençoado com o apoio inestimável de pessoas incríveis, sem as quais este caminho teria sido muito mais desafiador. Gostaria de expressar minha profunda gratidão a cada uma delas.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Reinan Ribeiro Souza Santos, que não apenas guiou este trabalho, mas também compartilhou generosamente seu tempo e paciência. Sua dedicação e inspiração foram fundamentais para o desenvolvimento deste projeto, e sou imensamente grato pela oportunidade de aprender com alguém tão exemplar.

À minha família, não há palavras suficientes para expressar o quanto sou grato. Seu amor incondicional, encorajamento constante e apoio incansável foi fundamental para que eu continuasse. Cada conquista é compartilhada, e cada obstáculo, superado, é resultado do suporte que recebi de vocês. Minha gratidão transcende as palavras e é profundamente enraizada no reconhecimento do papel vital que desempenharam em minha jornada acadêmica.

RESUMO

Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre as sanções econômicas como ferramentas de pressão internacional, analisando sua eficácia das sanções, seus impactos nos países alvos e as consequências socioeconômicas. Apesar de ser frequentemente aplicada como uma ferramenta de política internacional, a eficácia é objeto de debates entre diversos autores. As divergências surgem devido à incerteza que envolve os resultados das sanções, bem como aos custos econômicos associados e ao seu impacto nas audiências domésticas. Examinamos estudos de casos específicos que demonstram os efeitos das sanções nas economias, entre os efeitos encontrados no Irã temos um declínio da taxa de crescimento do emprego e sofreu dificuldades para importar produtos acabados como produtos farmacêuticos. Além disso, exploraremos a complexidade das chamadas 'sanções inteligentes', que, em algumas situações surpreendentes, podem resultar em um aumento temporário nas importações antes de sua plena aplicação. Diversas metodologias, como controle sintético e análises de séries temporais, são usadas para avaliar impactos. Por meio desta revisão, oferecemos uma base sólida para uma compreensão mais profunda das complexidades, desafios e oportunidades associadas ao uso de sanções econômicas no cenário internacional.

Palavras-chaves: Sanções; sanções econômicas; consequências sociais e econômicas.

ABSTRACT

A bibliographical review was carried out on economic sanctions as tools of international pressure, analyzing the effectiveness of sanctions, their impacts on target countries and the socioeconomic consequences. Despite being frequently applied as an international policy tool, its effectiveness is the subject of debate among different authors. Disagreements arise due to the uncertainty surrounding the results of sanctions, as well as the associated economic costs and their impact on domestic audiences. We examine specific case studies that demonstrate the effects of sanctions on economies, among the effects found in Iran we have a decline in the rate of employment growth and it has suffered difficulties importing finished products such as pharmaceuticals. Additionally, we will explore the complexity of so-called 'smart sanctions', which, in some surprising situations, can result in a temporary increase in imports before their full implementation. Various methodologies, such as synthetic control and time series analysis, are used to assess impacts. Through this review, we provide a solid foundation for a deeper understanding of the complexities, challenges, and opportunities associated with the use of economic sanctions on the international stage.

Key-words: sanctions; economic sanctions; social and economic consequences.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Frequência de sanções por tipo de 1950 a 2022, sendo elas, outras, viagem, financeiras, comerciais, militares e armas, respectivamente..... 11
- Figura 2 - Determinantes do sucesso de uma sanção 12

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE SANÇÕES	16
3 SANÇÕES INTERNACIONAIS: ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO	20
4 CONSEQUÊNCIAS DAS SANÇÕES ECONÔMICAS	25
5 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Sanções são, em sua grande maioria, medidas econômicas utilizadas por um país ou blocos de países contra determinados países, empresas, regimes e indivíduos, podendo aparecer de diversas maneiras como embargo, congelamento de ativos financeiros, restrição, tarifas, barreiras comerciais e outras formas, sendo uma ferramenta de política externa usada para alterar o comportamento de determinados alvos, que resolvem violar tratados internacionais, e/ou ameaçam outros países. As sanções podem ter diferentes categorias como: (i) Militar (Afeganistão, 2020), (ii) Financeiras (Cuba, 1962), (iii) Viagem (Bielorrússia, 2021), (iv) Armas (Iraque, 1990), (v) Comerciais (Líbano, 2021), (vi) Outras sanções (Áustria, 2000).¹

As sanções econômicas são medidas tomadas por um país ou um bloco de países contra a economia de outro país, a fim de forçá-lo a obedecer a uma lei ou conjunto de regras. Essas medidas incluem um subconjunto de sanções para aumentar sua eficácia.

Alguns exemplos que compõem esse subconjunto são: (i) sanções comerciais que são definidas como restrições nas interações econômicas com o país que está sendo alvo das sanções, limitando suas operações comerciais com outros países; (ii) as financeiras resultam em congelamento de possíveis trocas entre investimentos e/ou ativos financeiros do país. Este bloqueio pode ser total ou parcial; (iii) As restrições de viagens proíbem a liberdade de circulação geográfica dos indivíduos. As sanções com restrições são válidas para viagens de pessoas no país sancionado para o país que está sancionando e vice-versa; (iv) as sanções de armas proíbem a venda de armamento; e por fim (v) as sanções de assistência militar, as quais inclui a proibição de assistência monetária ou pessoal.

Existe também uma categoria de outras sanções, na qual estão sendo abrangidas sanções com número de imposições menores. Fazem parte do grupo medidas diplomáticas, além de restrição de portos e voos, como definido por Felbermayr (2020).

¹ As informações de países sancionados de acordo com as categorias abordadas foram retirados da base de dados do GSDB (Global Sanction Data Base). Disponível em: <https://www.globalsanctionsdatabase.com/>

A primeira sanção econômica encontrada na literatura foi o decreto de Mégara, que foi um conjunto de sanções econômicas impostas a cidade Mégara em 433 A.C quando Atenas banuiu os megarenses dos portos e mercados do Império Ateniense, um pouco antes de acontecer a guerra de Peloponeso, Atenas percebeu que suas aliadas Potidéia, colônia conjunta Córcira e Corinto, pretendia apoiar corinto. A sanção teve como objetivo fazer com que os atos hostis fossem iniciados pela Liga dos Peloponeses, uma vez que Péricles, principal líder democrático de Atenas e quem realizou o decreto, já entendia que a guerra ocorreria.²

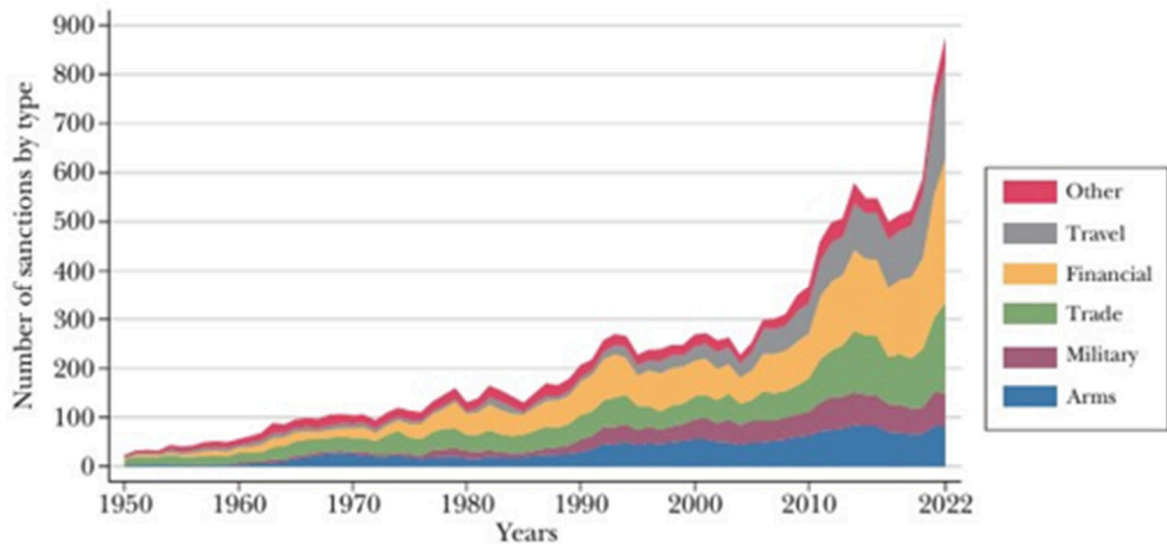
As sanções econômicas passaram a ser usadas de maneira mais frequente a partir de 1990, sendo o fim da guerra fria o ponto de partida. Segundo Bergeijk (1995) essas sanções são utilizadas como uma ferramenta coercitiva de política externa. A literatura sobre sanções econômicas se expande para além da simples coerção econômica, incluindo uma gama mais ampla de objetivos. As sanções podem ser usadas para punir um país por suas ações, como quando os EUA impuseram sanções à Rússia em resposta à anexação da Crimeia. Elas também podem ser usadas para fazer com que o país recue em suas ações indesejáveis, como quando as sanções internacionais levaram o Irã a negociar seu programa nuclear.

A figura 1 demonstra a quantidade de sanções impostas por tipo (armas, militar, financeira, outros, viagem e comércio, respectivamente) durante os anos de 1950 a 2022. Conforme podemos verificar, na década de 50 o tipo de sanção mais utilizada era a sanção comercial. Entretanto, analisando os últimos cinco anos, o tipo de sanção mais aplicada é a sanção financeira.

Com base na análise dos dados do GSDB (2022), os países que mais sancionaram, levando em consideração dados de 1950 a 2022, são respectivamente: Estados Unidos, com aproximadamente 584 sanções impostas; União Europeia e Reino Unido com aproximadamente 142 sanções impostas.

² TUCÍDIDES. História da guerra do Peloponeso. Tradução: Mário da Gama Kury Brasília: Universidade de Brasília, 1987

Figura 1 - Frequência de sanções por tipo de 1950 a 2022, sendo elas, *outras, viagem, financeiras, comerciais, militares e armas, respectivamente.*

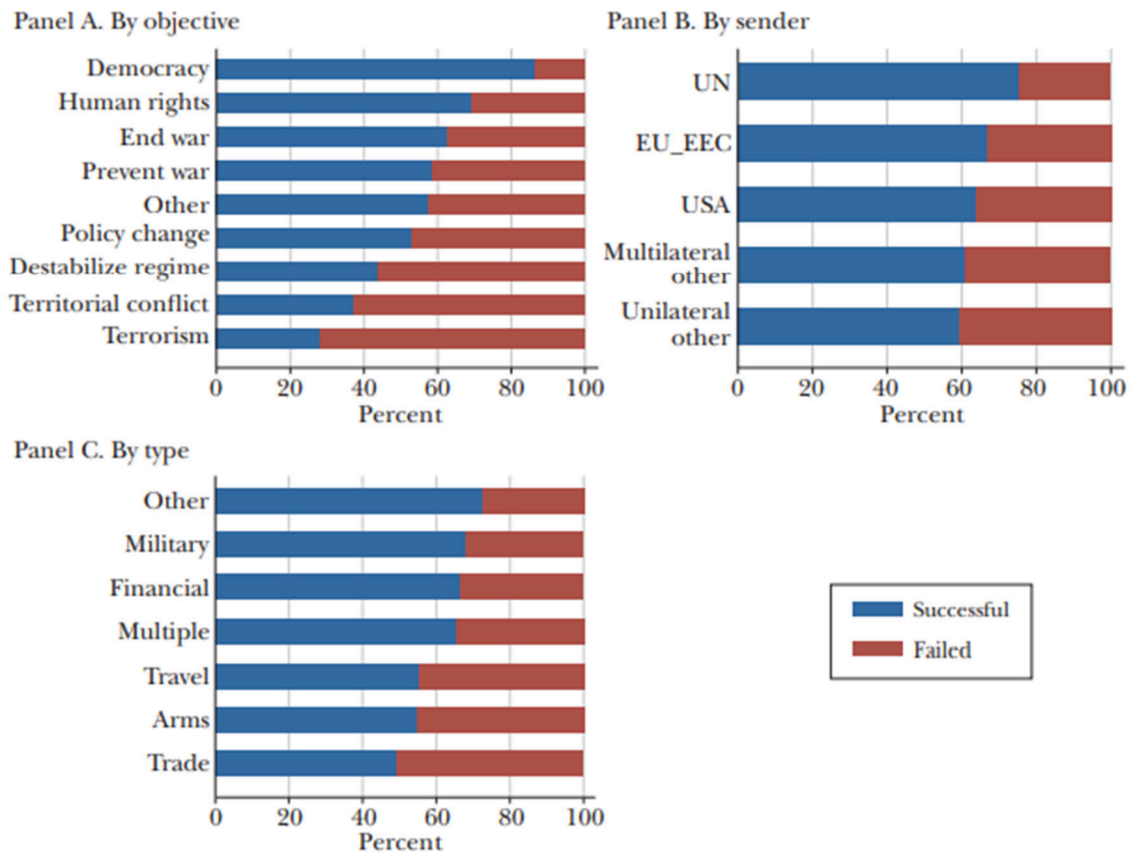


Fonte: Morgan e outros (2023) a partir de dados do Global Sanctions Data Base.

Embora as sanções financeiras tenham sido amplamente aplicadas nos últimos anos, é interessante observar, conforme ilustrado na Figura 2, que as sanções classificadas como 'outros' têm demonstrado o maior sucesso, com uma taxa de sucesso de aproximadamente 70%. Em seguida, vêm as sanções militares e financeiras.

Na figura abaixo, o painel A descreve o sucesso da sanção por objetivo, sendo eles democracia, direitos humanos fim de guerra, prevenir guerra, outros, desestabilizar regime, conflito territorial e terrorismo respectivamente. O painel B apresenta o percentual de sucesso e falhas por remetente. O painel C mostra o percentual de sucesso e falha por tipo de sanção sendo elas outras, militar, financeira, múltipla, viagem, armas e comércio respectivamente.

Figura 2 - Determinantes do sucesso de uma sanção



Fonte: Morgan e outros (2023) a partir de dados do Global Sanctions Data Base.

No que diz respeito aos objetivos das sanções, verifica-se que quando se trata de promover a democracia, proteger os direitos humanos ou intervir em conflitos armados, as sanções têm uma alta taxa de sucesso. No entanto, a eficácia é menor quando se trata de resolver conflitos territoriais e combater o terrorismo.

Além disso, é notável que as Nações Unidas e a União Europeia se destacam como as organizações que têm alcançado maior sucesso na aplicação de sanções. Esses resultados são fundamentais para entender como as sanções são usadas como ferramentas diplomáticas e de pressão em contextos internacionais.

É notável também que, ao considerar o tipo de sanção, aquelas de natureza militar e financeira demonstram índices de sucesso mais elevados. As sanções de natureza

'outras' apresenta percentual de sucesso elevado, uma vez que possui um número restrito de medidas, como sanções diplomáticas.

Ao longo do processo de desenvolvimento econômico, a globalização e o surgimento do comércio internacional no século XIX surgem como dois pontos cruciais que promovem a migração de empresas e a transferência de capital, tanto físico quanto monetário, para outras nações, fortalecendo assim o comércio global. É importante ressaltar que, em tempos de guerra, os preços das commodities tendem a aumentar drasticamente no mercado internacional, exercendo um impacto significativo sobre o comércio global.

Um exemplo recente de sanção econômica é a exclusão da Rússia do sistema *Swift* em 2022. O sistema *Swift* reúne mais de 11 000 mil instituições financeiras conectadas a mais de 200 países. O *Swift* é um sistema de comunicação que permite o pagamento e a transferência de recursos entre empresas de diferentes países, padronizando as informações financeiras globais. A exclusão da Rússia do sistema *Swift* teve um impacto direto sobre o fluxo de capital internacional, uma vez que dificultou significativamente a capacidade das instituições financeiras russas de realizar transações internacionais.

No entanto, segundo Hausmann e outros (2022), existem limitações para a aplicação de sanções financeiras como é o caso recente da Rússia. Mesmo com as sanções impostas na Rússia tendo como objetivo limitar o acesso do país a moedas internacionais fortes, a Rússia continua sendo um dos primeiros exportadores de petróleo e gás do mundo e isso traz moedas fortes para o país.

De acordo com a Comissão Europeia, a Europa pretende, através de um plano, se tornar independente da Rússia no que se refere à importação de energia. Sob a análise de Sachs (2019) das sanções impostas à Venezuela, ficou evidente o impacto negativo substancial dessas medidas na produção de petróleo do país. Nesse contexto, é razoável conjecturar que, caso ocorra a efetiva independência do setor energético europeu em relação à Rússia, essas sanções adquiriram uma relevância ainda mais marcante do que a que possuem no cenário atual.

Sanções econômicas também foram aplicadas ao Irã nas últimas décadas, conforme estudado seus impactos no trabalho de Cheraghali (2013). Essa sanção atingiu o comércio exterior do país, além dos serviços financeiros e bancários e não se limitou apenas às regiões ao entorno do país, mas também internacionalmente. Como resultado, o Irã teve dificuldades para adquirir, através das importações, produtos acabados como produtos farmacêuticos, deixando pacientes sem medicamentos. Surgindo também dificuldades para diagnosticar ou tratar doenças. Sanções econômicas podem ocasionar em impacto humanitário.

Diante dos resultados observados neste estudo se evidencia o quão negativa é a aplicação de sanções em países menos desenvolvidos e com pouca estrutura, uma vez que depende fortemente de insumos e produtos finais adquiridos pelo comércio exterior.

A sanção econômica tem se mostrado uma ferramenta de política internacional, limitando o comércio entre países como forma de punição. De acordo com Neuenkirch (2015), utilizando uma amostra de 160 países chegaram à conclusão de que as sanções econômicas aplicadas pela ONU geraram impactos negativos na economia e social. A aplicação de sanção pela ONU gera, em média, uma diminuição do PIB *per capita* em mais de 2 pontos percentuais. Além disso, no agregado, a imposição das sanções da ONU está associada a uma queda no PIB *per capita* de 25,5% dos países-alvo. As estimativas do trabalho de Kelishomi (2022) mostram que as sanções ao Irã levaram a um declínio geral na taxa de crescimento do emprego industrial em 16,4 pontos percentuais. Este efeito é impulsionado por setores que dependem de insumos importados.

A literatura mostra que as sanções podem levar a uma queda drástica do PIB. Através de um modelo de regressão com efeitos fixos, Gustafsson e Magnebrink (2022), mediram o impacto de diferentes tipos de sanções impostas em uma amostra de 35 países, dos quais 16 sofreram sanções no período de 2010-2019. Os autores encontraram que a imposição de sanções resulta em efeitos drasticamente negativos, o qual chega a impactar em uma diminuição do crescimento do PIB de aproximadamente 1,55 pontos percentuais (p.p). Os tipos de sanções que mais

apresentaram impactos negativos foram as sanções de viagens e financeiras com reduções de 2,30 p.p e 1,35 p.p respectivamente.

Deng (2022) aponta que quase 500 empresas estrangeiras deixaram o mercado russo durante o primeiro mês da guerra na Ucrânia.

Além da presente introdução este trabalho conta com mais três sessões. Na segunda seção trataremos sobre as principais literaturas abordando um contexto histórico das sanções ao longo dos anos desde quando as sanções se tornaram recorrentes. A terceira seção abordará a metodologia de aplicação dessas sanções. Na quarta seção, nos concentraremos na análise das implicações econômicas das sanções. Por fim, apresentaremos as conclusões deste estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE SANÇÕES

As sanções são instrumentos utilizados pelos países e organizações internacionais para influenciar o comportamento de outros países no cenário global, que tem tido intenso debate e análise por pesquisadores. Nesta revisão iremos analisar artigos que medem a eficácia da sanção, o impacto da sanção nos países alvos, os efeitos colaterais que surgem devido às sanções, e consideramos também a perspectiva crítica do uso das sanções.

Alguns autores têm uma visão crítica sobre as sanções dizendo que só serviriam para um ato simbólico e/ou político, como em Lindsay (1986), que aponta que as sanções falham quando o objetivo é o cumprimento, ou a dissuasão, entretanto, tem apelo simbólico nacional e internacional, chegando a apontar que as sanções podem reforçar o comportamento do alvo sancionado. Já outros autores, como em Morgan e outros (1999), mostra que as sanções podem ser mais eficazes quando em estágio de ameaça, sem ainda sua aplicação.

Walentek e outros (2021) especificam três mecanismos que afetam a eficácia da sanção, são eles: o custo econômico, incerteza e o custo de audiência doméstica. Eles mostram também que o custo esperado das sanções econômicas do alvo está relacionado a eficácia das ameaças de coerção econômica, revela também que quanto mais longe o remetente e o alvo estiverem um do outro, menos efetivas são as ameaças de sanção em relação às sanções impostas, o que mostra o papel da incerteza. Eles também mostram que quanto mais um país democrático for um remetente de sanções econômicas, mais provável o sucesso de uma ameaça de sanção em relação às sanções impostas, o que mostra a importância do custo de audiência doméstica da eficácia relativa das ameaças.

Gharehgozli (2017) avaliou a sanção aplicada sobre o Irã em 2011 sobre seu crescimento econômico, visando principalmente os setores energético e financeiro. Utilizando controle sintético como base metodológica, o autor encontrou que as sanções aplicadas no país durante o período resultaram na queda de seu PIB em aproximadamente 17,3% ao longo de três anos.

Dreger e outros (2015) analisando as sanções aplicadas à Rússia em 2014, utiliza um modelo econométrico de VAR cointegrados com o preço do petróleo, taxa de câmbio do rublo russo e um índice de notícias de sanções. Descreve como a Rússia tem dependência das exportações de combustíveis, essa mesma exportação está exposta às flutuações da taxa de câmbio, e como em 2014 o rublo se desvalorizou com o início do conflito entre Rússia e Ucrânia. Não só o rublo se desvalorizou como os preços do petróleo também caíram desde o verão de 2014. Sendo a Rússia dependente de exportações de recursos naturais — como petróleo, a queda do preço do petróleo pode ser mais uma variável por trás da desvalorização da moeda. O resultado encontrado por ele, indicam que a maior parte da depreciação foi causada pela queda dos preços do petróleo. E as sanções imprevistas importam para a volatilidade condicional das variáveis envolvidas. Moret e outros (2016) examinou que os dados comerciais em nível de país e comparou os volumes comerciais entre a Rússia e a União Europeia antes e depois da crise e conclui que os países bálticos sofreram as maiores perdas relativas.

As sanções aplicadas em 6 de março de 2014 à Rússia foram sancionadas por países como Canadá, Austrália, Noruega, Japão, Estados Unidos e UE. Estas sanções tiveram como objetivo congelar fundos e recursos econômicos das pessoas responsáveis pela apropriação de fundos do estado ucraniano ou violações de direitos humanos. Posteriormente com a anexação das regiões da Crimeia e Sevastopol pela Rússia a UE lança mais sanções, em 18 de março, com congelamentos de fundos e recursos econômicos de indivíduos que apoiavam ativamente execuções, ações ou políticas que prejudicam ou ameaçam a integridade territorial, soberania e independência da Ucrânia como afirmado por Vaccarezza. e outros (2014).

Gurvich (2015) analisando as sanções aplicadas à Rússia em 2014 mostra que as consequências econômicas em grande parte são compensadas pela diminuição de saída de capital russo. Essa compensação gera um efeito negativo menor no PIB. Apesar de ocorrerem as saídas de capital, por outro lado, uma parte é compensada pela entrada de capital no país. A saída líquida total de capital relacionada às sanções pode ser estimada em \$58 bilhões em 2014 e \$160 - 170 bilhões no período de 2014 a 2017. Essas sanções resultaram em uma queda do PIB, 2,3% no primeiro choque e

8% no segundo, o impacto das sanções financeiras foi ainda agravado pela queda do preço do petróleo durante o período, isto, porque a queda do preço levou a uma maior perda na entrada de capitais estrangeiros em relação ao PIB. Este agravamento é gerado, principalmente, pela diminuição do investimento dado a queda do preço do petróleo.

Para avaliar as consequências das sanções internacionais, Gutmann e outros (2023) empregaram o modelo de DiD (Diferenças em Diferenças) e dados de taxas de crescimento, investimento e consumo privado. Eles também utilizaram indicadores de sanções da base de dados de sanções globais para identificar países sob ameaça de sanções. O estudo abrangeu 158 países no período de 1960-2016. Os autores descobriram evidências de um impacto negativo no crescimento do PIB e seus componentes nos países sob ameaça de sanções. Além disso, o comércio e o investimento indireto também diminuíram. Esses efeitos econômicos foram mais adversos nos primeiros dois anos após a imposição das sanções e não foram revertidos de maneira imediata ou após o episódio.

Tuzova (2016) analisando as sanções aplicada a Rússia em 2014, utiliza auto regressão vetorial (VAR) para quantificar os efeitos dos choques do preço do petróleo, apresentando uma variedade de variáveis macroeconômicas russas, como o PIB, taxa de câmbio, gastos fiscais, inflação, gastos com consumo e comércio externo. Com base nos resultados do modelo VAR, o autor chegou à conclusão que, caso as sanções se mantivessem até o fim de 2017, resultaria na contração do PIB real trimestral da Rússia em média 19% ao longo dos dois próximos anos.

Haidar (2017), utilizando dados alfandegários iraniano não petrolífera, apresenta o impacto das sanções e o desvio das exportações iranianas após a imposição das sanções contra as exportações no período de 2008 a 2011. O autor encontra evidências significativas de desvio de exportação para países não sancionadores, além de reduções de preço e aumento de quantidades quando exportado para um novo destino.

As sanções direcionadas por EUA e UE têm um impacto maior sobre os alvos, em parte ao cortar seu acesso a insumos vitais, isto porque, conforme apresentado por

Ahn e outros (2019) a estimativa desses impactos é “estatisticamente significativa e robusta” sugerindo que essas sanções têm um grande efeito. Esses efeitos podem gerar grandes danos econômicos no país.

Além disso, o autor destaca um problema significativo relacionado ao governo. Ele argumenta que o governo enfrenta desafios em sua capacidade de inteligência econômica. O governo emprega uma estratégia de 'blindagem' com o propósito principal de desviar os impactos econômicos nas áreas estratégicas do país. No entanto, isso muitas vezes ocorre à custa das estratégias econômicas mais abrangentes. Em outras palavras, essa 'blindagem' concede ao governo a oportunidade de, em um momento subsequente, redirecionar recursos para empresas específicas que foram alvo de sanções. Isso pode ser feito em detrimento de outras empresas, levando a uma reconfiguração das estratégias econômicas e comerciais.

Conforme o estudo desenvolvido por Splinter e outros (2021), os quais pesquisaram como as sanções são capazes de desencadear um colapso inesperado do crescimento econômico, as sanções comerciais, multilaterais e as dirigidas ao setor empresarial são mais prejudiciais para a economia do país-alvo. Ele utiliza um modelo de Probabilidade Linear encontrando que uma sanção econômica aumenta a probabilidade de uma desaceleração do crescimento econômico em torno de nove por cento.

Ademais, os choques negativos de petróleo e gás impactam a economia e a política russas. Bergeijk e outros (2022) utiliza uma modelagem de VAR para estimar as inter-relações entre variáveis econômicas e índice de democracia, o resultado encontrado, indica que as restrições de petróleo e gás amortecem o sistema econômico ao longo do tempo e melhoram os índices de democracia, mas no longo prazo isso se inverte.

3 SANÇÕES INTERNACIONAIS: ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As sanções são utilizadas como ferramenta para lidar com as ameaças à paz e segurança internacionais e que elas são “um meio-termo necessário entre a guerra e as palavras” Yoshimura (2021). O objetivo deste capítulo é apresentar as diferentes metodologia e aplicações de sanções com base em uma revisão literária. Dentre a literatura sobre sanções existentes há dois tipos de sanções mais citadas que são as sanções tradicionais, também conhecidas como sanções abrangentes, e as sanções inteligentes (“*smart sanctions*”).

As sanções tradicionais têm como objetivo atingir o Estado por completo, sem restrição, resultando em um grande impacto nos direitos básicos humanitários. Por outro lado, as sanções inteligentes na teoria se apresentam de forma diferente, uma vez que um dos objetivos é penalizar o país sancionado de forma mais eficaz, através de sanções financeiras, embargos de armas e proibição de viagens. Ademais, as sanções inteligentes trabalham de forma a causar “danos colaterais, isentando mercadorias específicas, como alimentos” de maneira a proteger públicos socialmente vulneráveis (Tostensen; Bull, 2002).

Ahn e outros (2019) mostra que há uma diferença entre sanções tradicionais, a qual origina danos colaterais causados pelo país sancionador – aquele que está aplicando a sanção, e as sanções inteligentes, as quais forçam o governo do país-alvo a escolher quem salvar. Com base na estimacão do impacto das sanções inteligentes, os autores encontraram que as empresas sancionadas tiveram perdas significativas em suas receitas operacionais. Em comparacão com as empresas que não foram visadas pelas sanções, as empresas alvo das sanções perderam cerca de mais da metade do seu valor de ativo.

As sanções inteligentes são planejadas com o objetivo de atingir os verdadeiros alvos, com mais força e poupar possíveis inocentes de serem vítimas, além de levar uma mudanca muito mais rápida.

Apesar dessas mudancas beneficiarem quem não está diretamente envolvido na situacão, ainda assim as sanções acabam causando algum impacto, como as sanções aplicadas pela ONU. De todas as sanções aplicadas pela organizacão, conforme

apresentado por Yoshimura (2021, p. 21), com dados retirados do *UN SanctionsApp*³, 58% promoveram a corrupção e criminalidade, 44% tiveram consequências humanitárias, 36% implicaram em fortalecimento do regime autoritário, entre outras. Isto mostra que as sanções não são isentas de efeitos colaterais, mesmo quando são inteligentes elas geraram impacto em outros setores da sociedade, não obtendo êxito em seus efeitos. Uma boa aplicação de sanções inteligentes envolve um conhecimento detalhado do país alvo, além de um sigilo e velocidade para a aplicação da sanção.

A metodologia mais comumente aplicada é a revisão literária de sanções, associada a análise de dados sobre determinado país, como feito por Koddenbrock (2008). O mesmo afirma que Sanções inteligentes têm sido um instrumento frequente, mas supostamente ineficaz, de resolução de conflitos da ONU desde o fim da Guerra Fria. Estes resultados foram obtidos através dos estudos realizados nos estados da África Subsaariana.

Ao analisar os conflitos e respetivos regimes de sanções e o seu impacto no apoio político, nas estruturas de abastecimento e no equilíbrio militar em Angola e na República Democrática do Congo comprovamos que em particular a componente de *advocacy* dos regimes de sanções inteligentes – o painel de peritagens e relações diplomáticas atividades – é capaz de contribuir para o seu impacto Koddenbrock (2008). Tradução nossa.

Através dos estudos realizados com 115 casos de sanções, Shagabutdinova e Berejiki (2007), mostra que as sanções inteligentes são sim mais eficazes do que as sanções tradicionais, “minando a noção de um trade-off humanitário versus eficácia”, com base no método de regressão *logit* ordenada. Esta regressão é comumente utilizada quando o número de categorias em um determinado estudo, excede a dois e quando as mesmas estão seguindo uma ordenação clara e objetiva. Sabendo disso, os autores utilizam uma medida comum nas literaturas existentes que é uma escala ordinal na qual realizaram a avaliação da magnitude das duas variáveis existentes no modelo, as sanções tradicionais e inteligentes. As variáveis escolhidas pelos autores foram: tipo de regime e sua durabilidade, custo econômico, taxa do PIB, vínculo

³ Informações retiradas de: <https://unsanctionsapp.com/>

comercial, segurança nacional, força militar e uma *dummy* para quando os Estados Unidos for quem está impondo a sanção.

Os autores afirmam que “as sanções inteligentes são uma alternativa potencialmente atraente”. Através das estimativas realizadas, as sanções financeiras são as que duram menor tempo e têm menor impacto nas questões humanitárias.

Um outro exemplo metodológico aplicado na avaliação de impacto das sanções é a utilização de controle sintético, sendo a mesma um recurso para avaliar o impacto causal de um determinado evento ou política, quando não conseguimos realizar um experimento de forma controlada, como é o caso das sanções. Essa avaliação é realizada levando em consideração no modelo variáveis como PIB, taxa de desemprego, investimento estrangeiro, entre outros. Dessa forma, este modelo permite a criação de um contrafactual em que podemos retirar conclusões de aconteceria com uma unidade tratada na ausência de um tratamento.

O controle sintético foi utilizado no estudo de Borin e outros (2022), no qual os autores desenvolveram uma estrutura para avaliar o impacto da guerra Ucrânia-Rússia que reduziram de forma abrupta as exportações da Rússia pela metade. O resultado encontrado pelos os autores é que as sanções prejudicam a Rússia a importar mercadoria dos países sancionadores, atingindo setores de alta tecnologia.

Por fim, utilizando como metodologia o Vetor Autorregressivo Estrutural (SVAR), Laudati e outros (2023), realizou uma estimativa quantitativa sobre a aplicação de sanções durante o período de 1989 a 2019 no Irã. Com base nas estimativas os autores encontraram que sem as sanções, as expectativas de crescimento da economia do país estava em torno de 4 a 5% em comparação com o crescimento realizado com a aplicação das sanções que foi de 3%. Além disso, as sanções diminuem de forma significativa as receitas do país de exportação de petróleo, resultando, também, na depreciação da moeda iraniana.

Um outro método possível de aplicação são modelos de equilíbrio geral computável (EGC), como empregado por Mahlstein e outros (2022) ao estudar as sanções impostas à Rússia, utilizando um modelo conhecido como *Global Trade Analysis Project* (GTAP). O GTAP é um modelo de EGC, multirregional, multissetorial, com

concorrência perfeita e retornos constantes de escala. Este modelo é utilizado no mundo todo para avaliação de impacto econômico de determinadas medidas políticas comerciais e de investimento como exemplo e neste estudo o modelo foi utilizado a fim de avaliar os impactos econômicos de curto a médio prazo na economia russa na imposição de embargos comerciais. A estimativa realizada pelo autor indica que a Rússia teria perdas consideráveis devidos esses embargos, resultando em um impacto superior a 14% do PIB real. Esses impactos seriam ainda maiores se a Rússia decidisse revidar com uma sanção.

Nguyen e outros (2022) investigou o impacto das sanções econômicas globais sobre o investimento estrangeiro direto (IED), utilizando como dados 172 países e tendo um período de 2003 a 2019. Ele utiliza um modelo de mínimos quadrados ordinários com um estimador de efeitos fixos, através de painel, utilizando variáveis como densidade populacional, taxa de desemprego, tamanho do governo, e outros, colocando FDI, *greenfield* e *merger* como variáveis dependentes, com objetivo de avaliar o impacto das sanções econômicas no mundo sobre o (IED). O resultado encontrado por eles é que as sanções exercem um efeito prejudicial sobre os fluxos totais de IDE e seus componentes, sendo que as sanções militares e comerciais têm pouco efeito sobre investimentos *greenfield*. A explicação apontada pelos autores é de que os investimentos de *greenfield* envolvem uma construção direta de novos equipamentos e instalações.

Kim (2013) empregou a abordagem *logit* com a base de dados de Ameaças e Imposição de Sanções Económicas para investigar a ligação entre o IDE e as sanções. O resultado era “um” se a sanção económica fosse utilizada, e “zero” se não fosse. O autor utilizou a sanção como variável dependente. Fusões e aquisições transfronteiriças, comércio, alianças, democracia, PIB e CBMA-T foram todos utilizados como fatores explicativos. O CBMA-T foi utilizado como variável explicativa para avaliar o impacto do IDE da meta no país que será sancionado. O autor chegou à conclusão de que as *joint ventures*, incluindo o IDE, custam mais dinheiro ao país anfitrião do que às empresas e ao país anfitrião juntos.

Para avaliar o impacto das sanções no desenvolvimento de inovação dos países que são alvos de sanções internacionais, Wen e outros (2022) utilizou o método de

diferenças em diferenças (DID) para dados em painel para 91 países. A utilização desses dois métodos juntos possibilita a análise de um impacto causal de uma intervenção em uma variável de contagem. Os dados utilizados neste estudo foram retirados do Instituto Alemão de Estudos Globais e de Área (GIGA).

Como variável dependente o autor utilizou “patente” como *proxy* de um resultado inovador e marca comercial. E como variáveis explicativas: PIB, população, investimento direto estrangeiro, abertura comercial e educação. O resultado obtido pelos autores indica que a imposição das sanções internacionais diminui o nível de inovação desses países em diferentes graus. Estes efeitos são verificados em países que têm abertura comerciais maiores, bem como globalização e democracia.

4 CONSEQUÊNCIAS DAS SANÇÕES ECONÔMICAS

As sanções são medidas tomadas por governos e/ou organizações internacionais com o objetivo de pressionar ou coagir a uma mudança de política pela nação alvo, as mesmas são medidas coercitivas não militares para mudar a política de países-alvos. Sanções internacionais podem ter consequências humanitárias graves, incluindo escassez de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais. O objetivo desta seção neste artigo é realizar uma revisão das consequências humanitárias das sanções.

Apesar das sanções apresentarem muitas vezes um impacto negativo nos países alvos, em alguns casos o país sancionado pode mudar o comportamento para evitar esses impactos, como o *stockpiling* em Afesorgbor (2019). O termo “*stockpiling*” diz respeito à obtenção de estoque de um determinado material ou produto pelos países com objetivo de obter um abastecimento futuro, anterior a aplicação da sanção. Dessa maneira, depois que um país é sancionado, o mesmo pode obter recursos para manter o país, uma espécie de “comprometimento diante de possíveis ameaças dos remetentes”.

Em 2012, foi relatado que, em face das sanções iminentes ao Irã por causa de suas ambições de enriquecimento nuclear, Teerã aumentou tremendamente a importação de trigo para 7 milhões de toneladas dos mercados mundiais e cerca de 1,8 milhão de toneladas dos EUA (um dos principais remetente de sanções ao Irã). (Afesorgbor, 2019, p.16). Tradução nossa.

Afesorgbor e outros (2016) utilizando uma análise com 68 países de 1960 a 2008, encontraram evidências que mostram que a imposição de sanções tem um efeito negativo sobre a desigualdade de renda, sendo de maior efeito quando tem um maior tempo de duração e sobre o quintil mais rico da população do Estado-alvo. E descreve que as sanções têm consequências não intencionais para a população civil e pode afetar mais as pessoas comuns do que os líderes do país sancionado. os autores indicam que não apenas a imposição de sanções distorce a distribuição de renda de maneira desigual, como encontram evidências de que as sanções comerciais isoladamente podem reduzir significativamente a parcela de renda da população no quintil mais rico desses países-alvos.

Além da renda, as sanções podem impactar na saúde da população, conforme apresentado por Ha e Nam (2021). Os mesmos examinaram o impacto das sanções econômicas na qualidade da saúde nacional, no caso a expectativa de vida. Utilizando uma amostra de 148 países, sendo 40 em desenvolvidos e 108 em desenvolvimento, durante mais de 20 anos (1995 a 2018). O resultado é que as sanções aplicadas têm efeitos negativos na expectativa de vida dos países afetados em 0,3 anos, as sanções afetam a saúde da nação por meio da redução da taxa de crescimento do PIB, que leva a um corte nos gastos com saúde. No que se refere a um único tipo de sanção, a comercial, de acordo com esse mesmo estudo, o impacto é de 0,21 anos. Os autores mostram ainda que as sanções têm impacto negativo no meio ambiental e aumentam o nível de corrupção dentro do governo do país.

Outra via do impacto das sanções na saúde foi apresentada por Setayesh e outros (2016), o qual descreve vias de como as sanções econômicas prejudicam a saúde da população iraniana, uma delas é o acesso a medicamentos. Foi identificado que houve uma escassez de 73 medicamentos após a aplicação das sanções econômicas, destes, 44% eram classificados como medicamentos essenciais pela organização mundial da saúde. Uma outra consequência encontrada após aplicação das sanções está na escassez de medicamentos ligados à asma, cuja proporção significativa de usuários são crianças, implicando no aumento da mortalidade e morbidade da população geral. As sanções afetam negativamente a saúde da população iraniana, tendo um impacto maior sobre a população vulnerável.

Jeong (2020) avaliou os efeitos das sanções econômicas sobre desigualdade dos países-alvos das sanções fazendo uma análise de dados de 152 países de 1974 a 2011. O resultado desta pesquisa indica que as sanções à importação aumentam a desigualdade em países-alvos que possuem abundância de mão de obra. Esse efeito se torna muito maior quando os países alvos das sanções necessitam de ajuda externa. Essas sanções podem fazer com que o efeito seja menor, uma vez que os mais ricos vão conseguir mitigar os efeitos, mas não que sejam nulas.

Drury (2014) avalia o impacto que as sanções econômicas internacionais têm sobre o bem-estar das mulheres, analisando um período de 1971 a 2005. O resultado encontrado é que as sanções são prejudiciais aos direitos das mulheres, o estudo

também mostra que o impacto é condicionado pela riqueza do país alvo, ou seja, as mulheres nos países pobres são mais atingidas pelas sanções econômicas. À medida que a coerção econômica continue a aumentar a repressão das elites políticas tradicionais e piorar a subsistência das mulheres, é improvável que os países sancionadores promovam a estabilidade política e econômica, além de prezar pelos direitos da população feminina nos países que são alvo dessas sanções.

Gutmann (2021) analisou os efeitos das sanções dos EUA e ONU sobre a expectativa de vida e suas diferenças de gênero nos países-alvos, no período de 1977 a 2012. O resultado encontrado é que a expectativa de vida diminuiu cerca de 1,2 a 1,4 anos durante um episódio de sanções da ONU.

Choi (2013) examina o impacto das sanções internacionais sobre o terrorismo internacional, e afirma que as sanções podem provocar terrorismo internacional argumentando que sanções intensificam a miséria econômica dos pobres e que essa imposição de sanção serve como gatilho para que os pobres se voltem para violência terrorista.

5 CONCLUSÃO

As sanções econômicas possuem diversos objetivos, tais como promover a democracia, proteger os direitos humanos, encerrar conflitos armados, prevenir guerras, desestabilizar regimes, solucionar disputas territoriais, combater o terrorismo, entre outros. Elas podem assumir diferentes formas, incluindo sanções de armas, militares, financeiras, restrições de viagens, medidas comerciais e outros.

Exploramos uma ampla variedade de artigos que abordaram aspectos fundamentais das sanções econômicas, incluindo sua natureza, métodos de implementação e os impactos causados por elas.

No entanto, esta revisão mostra a falta de consenso sobre a eficácia das sanções econômicas como ferramentas de política externa. Enquanto alguns estudos sugerem que as sanções podem alcançar seus objetivos desejados, outros questionam sua eficácia e apontam para os efeitos colaterais prejudiciais.

Observa-se que a literatura utiliza uma variedade de métodos e frequentemente faz uso de diferentes variáveis na análise do impacto das sanções econômicas. Entre os métodos mais utilizados estão o VAR e o método sintético. Isso demonstra a complexidade do tema e a necessidade de considerar abordagens diversas na análise de sanções econômicas.

Observamos que as sanções muitas vezes exercem pressão considerável sobre as atividades econômicas, prejudicando o comércio e o desenvolvimento. No entanto, ao mesmo tempo, não podemos ignorar as consequências humanitárias que frequentemente acompanham as sanções, como a escassez de bens essenciais e o acesso limitado a serviços de saúde.

As sanções continuam sendo um tópico de interesse no cenário internacional, e esta revisão da literatura fornece uma base para uma compreensão aprofundada das complexidades, desafios e oportunidades associados ao seu uso. À medida que o campo evolui, novas pesquisas e análises serão essenciais para orientar decisões políticas.

REFERÊNCIAS

AFESORGBOR, Sylvanus Kwaku. The impact of economic sanctions on international trade: How do threatened sanctions compare with imposed sanctions?. **European Journal of Political Economy**, v. 56, p. 11-26, 2019.

AFESORGBOR, Sylvanus Kwaku; MAHADEVAN, Renuka. The impact of economic sanctions on income inequality of target states. **World Development**, v. 83, p. 1-11, 2016.

AHN, Daniel P.; LUDEMA, Rodney D. The sword and the shield: The economics of targeted sanctions. **European Economic Review**, v. 130, p. 103587, 2020.

An update to our message for the Swift Community. Swift, 2022. Disponível em: <https://www.swift.com/news-events/news/message-swift-community>. Acesso em: 05 jun. 2022.

Bank of Russian. Disponível em: https://www.cbr.ru/eng/hd_base/. Acesso em: 19 jun. 2022

BEERES, Robert *et al.* NL ARMS Netherlands Annual Review of Military Studies: Compliance and Integrity in International Military Trade. *In*: SPLINTER, Melody; KLOMP, Jeroen. **Do Sanctions Cause Economic Growth Collapses?** The Netherlands: Springer, 2022. p. 115-132.

BORIN, Alessandro; CONTEDEUCA, Francesco Paolo; MANCINI, Michele. **The real-time impact of the war on Russian imports: a synthetic control method approach**, 2022.

CHERAGHALI, Abdol Majid. Impacts of international sanctions on Iranian pharmaceutical market. **DARU Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 21, p. 1-3, 2013.

CHOI, Seung-Whan; LUO, Shali. Economic sanctions, poverty, and international terrorism: An empirical analysis. **International Interactions**, v. 39, n. 2, p. 217-245, 2013.

DENG, Ming *et al.* The Russia-Ukraine War and Climate Policy Expectations: Evidence from the Stock Market. **Swiss Finance Institute Research Paper**, n. 22-29, 2022.

DREGER, Christian *et al.* The Ruble between the hammer and the anvil: Oil prices and economic sanctions. **SSRN Electronic Journal**, 2015.

DRURY, A. Cooper; PEKSEN, Dursun. Women and economic statecraft: The negative impact international economic sanctions visit on women. **European Journal of International Relations**, v. 20, n. 2, p. 463-490, 2014.

ERBENOVA, Mrs Michaela *et al.* **The withdrawal of correspondent banking relationships: a case for policy action.** International Monetary Fund, 2016.

FELBERMAYR, Gabriel *et al.* The global sanctions data base. **European Economic Review**, v. 129, p. 103561, 2020.

FELBERMARY, Gabriel. *et al.* **The Global Sanctions Data Base.** 2021. Disponível em: <https://globalsanctionsdatabase.com/> acesso em: 20 ago. 2022

GHAREHGOZLI, Orkideh. An estimation of the economic cost of recent sanctions on Iran using the synthetic control method. **Economics Letters**, v. 157, p. 141-144, 2017.

GURVICH, Evsey; PRILEPSKIY, Ilya. The impact of financial sanctions on the Russian economy. **Russian Journal of Economics**, v. 1, n. 4, p. 359-385, 2015.

GUSTAFSSON, Alexander; MAGNEBRINK, Viktor. **The impact of sanctions on a nation's GDP growth,** 2022.

GUTMANN, Jerg; NEUENKIRCH, Matthias; NEUMEIER, Florian. Sanctioned to death? The impact of economic sanctions on life expectancy and its gender gap. **The Journal of Development Studies**, v. 57, n. 1, p. 139-162, 2021.

GUTMANN, Jerg; NEUENKIRCH, Matthias; NEUMEIER, Florian. The economic effects of international sanctions: An event study. **Journal of Comparative Economics**, 2023.

HA, Le Thanh; NAM, Pham Xuan. An investigation of relationship between global economic sanction and life expectancy: do financial and institutional system matter? **Development Studies Research**, v. 9, n. 1, p. 48-66, 2022.

H Aidar, Jamal Ibrahim. Sanctions and export deflection: evidence from Iran. **Economic Policy**, v. 32, n. 90, p. 319-355, 2017.

HAUSMANN, Ricardo *et al.* Cutting Putin's energy rent: 'smart sanctioning' Russian oil and gas. **CID Faculty Working Paper Series**, 2022.

HUFBAUER, Gary Clyde; SCHOTT, Jeffrey J.; ELLIOTT, Kimberly Ann. **Economic sanctions reconsidered: History and current policy.** Washington: Institute for international economics, 1990.

JEONG, Jin Mun. Economic sanctions and income inequality: impacts of trade restrictions and foreign aid suspension on target countries. **Conflict Management and Peace Science**, v. 37, n. 6, p. 674-693, 2020.

KELISHOMI, Ali Moghaddasi; NISTICÒ, Roberto. Employment effects of economic sanctions in Iran. **World Development**, v. 151, p. 105760, 2022.

KIM, Dong-Hun. Coercive assets? Foreign direct investment and the use of economic sanctions. **International Interactions**, v. 39, n. 1, p. 99-117, 2013.

KIRIKAKHA, Aleksandra *et al.* The Global Sanctions Data Base (GSDB): an update that includes the years of the Trump presidency. *In: Bergerijk, Peter A.G Van Research handbook on economic sanctions*. Reino Unido: Elgar, 2021. p. 62-106

KODDENBROCK, Kai. **Smart Sanctions Against Failed States**: Strengthening the State through UN Smart Sanctions in Angola and the Democratic Republic of Congo. Berlim: VDM Publishing, 2008.

LAUDATI, Dario; PESARAN, M. Hashem. Identifying the effects of sanctions on the Iranian economy using newspaper coverage. **Journal of Applied Econometrics**, v. 38, n. 3, p. 271-294, 2023.

LINDSAY, James M. Trade sanctions as policy instruments: A re-examination. **International Studies Quarterly**, v. 30, n. 2, p. 153-173, 1986.

MAHLSTEIN, Kornel *et al.* Estimating the economic effects of sanctions on Russia: an allied trade embargo. **The World Economy**, v. 45, n. 11, p. 3344-3383, 2022.

MORET, Erica *et al.* The new deterrent? International sanctions against Russia over the Ukraine crisis. **Institute of International and Development Studies**, Geneva, 2016.

MORGAN, T. Clifton; MIERS, Anne C. When threats succeed: A formal model of the threat and use of economic sanctions. *In: CONFLICT Management and Peace Science*, [S.I.]: Sage Publications, 2014. p.541 - 558, vol 31. Atlanta, GA. 1999.

MORGAN, T. Clifton; SYROPOULOS, Constantinos; YOTOV, Yoto V. Economic sanctions: Evolution, consequences, and challenges. **Journal of Economic Perspectives**, v. 37, n. 1, p. 3-29, 2023.

NEUENKIRCH, Matthias; NEUMEIER, Florian. The impact of UN and US economic sanctions on GDP growth. **European Journal of Political Economy**, v. 40, p. 110-125, 2015.

NGUYEN, Loan Quynh Thi; AHMED, Rizwan. The impact of economic sanctions on foreign direct investment: empirical evidence from global data. **Journal of Economics and Development**, v. 25, n. 1, p. 79-99, 2023.

REPowerEU: Joint European action for more affordable, secure and sustainable energy. European Commission, 2022. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_22_1511. Acesso em: 28 ago. 2022.

ROUBICEK, Marcelo. **O que são sanções econômicas, e como elas são utilizadas**. Nexo jornal 21 de fev de 2022 Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/02/21/O-que-s%C3%A3o-san%C3%A7%C3%B5es-econ%C3%B4micas.-E-como-elas-s%C3%A3o-utilizadas>. Acesso em: 20 mai. 2022

SACHS, Jeffrey. Economic sanctions as collective punishment: The case of Venezuela. **Center for Economic and Policy Research**, 2019.

SETAYESH, Sogol; MACKEY, Tim K. Addressing the impact of economic sanctions on Iranian drug shortages in the joint comprehensive plan of action: promoting access to medicines and health diplomacy. **Globalization and health**, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2016.

SHAGABUTDINOVA, Ella; BEREJIKIAN, Jeffrey. Deploying sanctions while protecting human rights: Are humanitarian “smart” sanctions effective? **Journal of Human Rights**, v. 6, n. 1, p. 59-74, 2007.

TOSTENSEN, Arne; BULL, Beate. Are smart sanctions feasible? **World politics**, v. 54, n. 3, p. 373-403, 2002.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Tradução: Mário da Gama Kury Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

TUZOVA, Yelena; QAYUM, Faryal. Global oil glut and sanctions: The impact on Putin’s Russia. **Energy Policy**, v. 90, p. 140-151, 2016.

VACCAREZZA, Joana B.; SERPA, Rafaela P.; MONTEIRO, Valeska F. As relações comerciais entre Rússia e União Europeia e os impactos da crise na Ucrânia. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, v. 7, n. 13, 2014.

VAN BERGEIJK, Peter AG; DIZAJI, Sajjad Faraji. Energy sanctions and Russia’s democracy–autocracy: a dynamic VAR analysis. Nº 703, **International Institute of Social Studies**, The Netherlands, 2022.

VAN BERGEIJK, Peter. The impact of economic sanctions in the 1990s. **The World Economy**, v. 18, n. 3, p. 443-455, 1995.

WALENTEK, Dawid *et al.* Success of economic sanctions threats: coercion, information and commitment. **International interactions**, v. 47, n. 3, p. 417-448, 2021.

WEN, Jun; ZHAO, Xinxin; CHANG, Chun-Ping. The impact of international sanctions on innovation of target countries. **Economics & Politics**, 2022.

YOSHIMURA, Sachiko. United Nations Financial Sanctions. *In*: HONDA, Miki. **UN economic sanctions and financial measure-evolution and challenges**. Londres: Routledge, 2020. p.18-33.